



REGISTRO INICIAL PARA COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS - REVELAÇÃO ESPONTÂNEA¹

1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO:	
Revelação Espontânea ()	Suspeita/Percepção Profissional ()
Órgão que realizou o atendimento:	
Data: ____/____/____ Hora: ____:____	
2. IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE (VÍTIMA):	
Nome da criança/do adolescente: _____	
Gênero: () masculino () feminino	Data de nascimento: ____/____/____
Endereço onde a criança/adolescente reside: _____	
nº _____ CEP: _____ Bairro: _____ Apto.: _____	
3. DADOS DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS ² :	
Nome da mãe: _____	
Nome do pai: _____	
Responsável, caso não viva com os pais: _____	
4. VIOLÊNCIA IDENTIFICADA:	
() Física () Sexual () Psicológica () Institucional () Patrimonial	
Outros: _____	
5. LIVRE RELATO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE (VÍTIMA):	
Livre relato da ocorrência pela criança/adolescente (vítima) – quando ocorrer (descrever as palavras utilizadas pela criança/adolescente, atentando para a observação do ambiente, da situação, quando ocorreu, se há reincidência, indicação do possível autor da violência, sinais e local de ocorrência...)	

¹ Este documento é sigiloso. Quem o recebe tem a obrigação de manter sigilo, conforme previsto no Art. 154 do Código Penal. De acordo com este (Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940), a revelação de um segredo obtido no exercício de sua função, sem justa causa, pode acarretar graves consequências legais.

² A correta identificação dos genitores da criança é de extrema importância para permitir o adequado acompanhamento do caso pela rede de proteção e, eventuais intervenções pelos órgãos de defesa.



Necessita de escuta especializada? () Não. () Sim. Se necessita de escuta especializada, justifique:	
6. ENCAMINHAMENTOS:	
() Comunicação ao Conselho Tutelar	() Atendimento de Saúde: _____
() Notificação para a vigilância epidemiológica	() Assistência Social: _____
() Comunicação do fato à autoridade policial (Art. 13, lei 13431/2017) ³	() Outros: _____
7. IDENTIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E ASSINATURAS:	
Profissional que atendeu: _____	
Assinatura: _____	

³ Art. 13. Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presencie ação ou omissão - praticada em local público ou privado - que constitua violência contra criança ou adolescente, tem o **dever** de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar, às autoridade policiais e estes, por sua vez, cientificarão imediatamente o Ministério Público.



Gestor da Unidade: _____

Assinatura: _____